A NOVA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA: discussões sobre a eficácia do art. 149 do Código Penal Brasileiro sob a ótica dos direitos fundamentais

Heloísa de Souza Ferreira¹
Jorge Heleno Costa²

RESUMO

O presente artigo tem como principal tema, abordar o trabalho análogo a escravo no cenário brasileiro, pois, em 2019, um número alarmante de mais de mil trabalhadores foram resgatados em condição análoga a de escravo em território nacional. Dessa forma, indaga-se: qual é a real eficácia do art. 149 do Código Penal? Por isso, o objetivo geral da presente pesquisa é aferir a eficácia do art. 149 do Código Penal, no que se refere à criminalização da atividade laboral exercida por aqueles submetidos a condições análogas a escravo, equiparando-os a esse. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: descrever as condições que os escravos eram submetidos ao trabalho, por meio do histórico da escravidão em território nacional; elucidar como a escravidão se tornou crime na nação brasileira; explicar como o trabalho escravo é visto no Brasil atual, sob a ótica protetiva do Direito Penal. Logo, a fim de obter respostas acerca da problematização elaborada neste artigo e fundamentar o assunto em questão, será feita a pesquisa bibliográfica por meio da análise de obras atualizadas, escritas por autores de reconhecida expertise, bem como por meio da análise de um caso concreto. Nesta pesquisa, foi possível averiguar que a real eficácia do art. 149 do CPB, por infelicidade, se limita às vontades do magistrado em relação à sua aplicação, não porque se trata de uma norma penal aberta, mas pela provável resistência estatal em reprimir tais práticas, por conta das penas a ela cominadas.

Palavras-chave: Escravidão. Abolição. Crime. Efetividade. Direitos fundamentais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal tema, abordar o trabalho análogo a escravo no cenário brasileiro. O art. 149 e seus respectivos parágrafos, estatuídos pelo Decreto Lei 2848, de 1940 (Código Penal brasileiro – CPB), apresenta como primordial objetivo a criminalização de atividades desempenhadas sob condições reprovadas pela Legislação Trabalhista brasileira, congêneres àquelas do período escravocrata nacional. Dessa forma, o dispositivo legal, ora mencionado, se encarrega de estabelecer em seu rol as condutas consideradas transgressões, para que não exista dúvidas em relação a adequação típica.

Para mais, Laurentino Gomes, em sua obra *Escravidão* (2019), relata de maneira pormenorizada o trabalho escravo no Brasil, assim como no mundo; algo de grande valia para o desenvolvimento deste trabalho, já que é preciso conhecer o passado nacional escravocrata,

¹ Graduanda do 9º período do curso de Direito do UNIPTAN. E-mail: souzaheloisa99@gmail.com

² Mestre em Direito. Professor de Direito no UNITPAN. E-mail: jorge.costa@uniptan.edu.br

para assim poder compará-lo à contemporaneidade, o que é possível a partir da ótica deste historiador.

Em conformidade com a reportagem publicada pela Agência Brasil, um número alarmante de mais de mil trabalhadores foi resgatado em condição análoga a de escravo em território nacional, tendo o estado de Minas Gerais o de número recorde em fiscalizações. Foram 468 empregados encontrados nessas circunstâncias, concentrando-se especialmente no meio rural aproximadamente 87% da mão de obra. Ademais, a maior parcela que compõe estes índices apresenta um perfil próprio, visto que as vítimas eram preponderantemente homens de idade entre 18 e 24 anos, que sequer frequentaram a escola ou, se assim o fizeram, concluíram apenas o 4º ano (AGÊNCIABRASIL, 2020).

Outrossim, em comparação com a atividade escravocrata desenvolvida antes de sua abolição, pelo menos em tese, por meio da promulgação da Lei Áurea, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), alega que os trabalhadores são tratados como peças descartáveis no cenário atual, já que na “Antiga Escravidão”, o falecimento de um escravo era sinônimo de “perda”, segundo Vera Albuquerque, secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez que o custo de recrutamento era de valor significativo (SENADO, 2012). Por isso, o indivíduo era tratado como um utensílio que necessitava de certos “cuidados”. Entretanto, atualmente, a mão de obra, individualmente considerada, é prescindível, pois, além de apresentar valor irrisório, é facilmente substituída em razão do elevado número de pessoas desempregadas.

Dessa forma, partindo da hipótese de que a penalidade explicitada pelo art. 149 do Código Penal brasileiro não é plenamente efetiva, visto que fatores como o desemprego e baixa escolaridade dos indivíduos contribuem para que os mesmos aceitem as condições degradantes e irregulares de labor a que são submetidos, o que, por sua vez, implica uma fiscalização precária ou ausente por parte do Poder Público; indaga-se: qual é a real eficácia do art. 149 do CP? Por isso, o objetivo geral da presente pesquisa é aferir a eficácia do art. 149 do Código Penal, no que se refere à criminalização da atividade laboral exercida por aqueles submetidos a condições análogas a escravo, equiparando-os a este. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: descrever as condições que os escravos eram submetidos ao trabalho, por meio do histórico da escravidão em território nacional; elucidar como a escravidão se tornou crime na nação brasileira; explicar como o trabalho escravo é visto no Brasil atual, sob a ótica protetiva do Direito Penal.

Por isso, a fim de obter respostas acerca da problematização elaborada neste artigo e fundamentar o assunto em questão, será feita a pesquisa bibliográfica e documental, do tipo

qualitativa descritiva, por meio da análise de obras atualizadas, escritas por autores de reconhecida expertise. Para que seja possível construir um panorama adequado à descrição dos meios de produção e formas de seu exercício, antes e depois da lei abolicionista, oferecendo ferramentas aptas a auxiliar e fornecer soluções a eventuais deficiências na proteção legislativa. Além, de um estudo de caso referente a uma apuração policial ocorrida na comarca de Barbacena, Minas Gerais.

1 BREVE HISTÓRICO DO TRÁFICO NEGREIRO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, SEUS ASPECTOS E RESQUÍCIOS

O tráfico negreiro em território nacional fundou-se posteriormente à chegada da esquadra portuguesa, chefiada por Pedro Álvares Cabral, nestas terras “tupiniquins”. O propósito de tal feito baseava-se na justificativa medular de que a indústria açucareira, constituída na região Nordeste do país, demandava mão de obra em abundância. Tal fato é de fácil compreensão, uma vez que, para atrair acordos externos com a Corte Lusitana, era fundamental obter destaque na primeira atividade econômica colonial, algo que implicou a captura de, aproximadamente, 150 mil africanos pelo povo português, em 1500 (GOMES, 2019. p. 56). Por isso, “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho” (ANTONIL, 1710, p. 83), pois sem estes indivíduos, o Brasil jamais se destacaria na exportação desta matéria prima.

O que realmente ocorrera, como esperado, é que, em tempo relativamente célere, o comércio “legal” de pessoas se difundira nas mais variadas porções que compunham a sociedade, não se concentrando apenas no âmbito econômico. Logo, o “mercado negro”³ se movimentava a partir de visitas de homens livres, de qualquer classe social, incluindo a mais pobre, a qual adquiria seu cativo a partir de promoções viabilizadas pelas Casas de Escravos⁴, a fim de se livrarem daqueles deficientes ou com alguma enfermidade, visto que eram de difícil comercialização. E ainda, até mesmo ex-cativos tratavam de explorar a atividade escravagista, para o exercício de funções domésticas nas cidades e agrícolas nos campos.

Ao chegarem ao Brasil, como se não bastasse a viagem exaustiva de um continente a outro, por meses a fio em alto mar, sem ver a luz do sol, expostos a moléstias graves por conta das condições de higiene extremamente precárias a que eram submetidos dentro de um navio

³Expressão disseminada no meio, para se referir à compra e venda de africanos promovida pelas Casas de Escravos.

⁴Local onde os cativos eram comercializados.

apertado e fétido, os cativos recebiam um tratamento especial; não porque os traficantes desenvolviam um certo apreço por eles, mas porque era necessário transformar estes indivíduos em mercadorias, a partir de técnicas que ressaltariam sua “saúde”; tal qual polir a pele dos mais velhos com areia fina ou pedra ou introduzir uma refeição reforçada por proteínas em seu cardápio diário (GOMES, 2019. p. 298).

Ademais, a humilhação chegava a seu ápice no ato da venda, já que os compradores realizavam exames detalhados nos corpos de cada pessoa, chegando inclusive a passar a língua na face dos homens mais velhos, para atestarem que sua barba não havia sido aparada pelos vendedores, a fim de enganá-los sobre sua verdadeira idade. Também, eram expostos totalmente nus, sem qualquer pudor, para avaliarem o tamanho de suas genitálias e se havia indícios de doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis. Além do mais, tratados como objetos, o valor inicial a ser cobrado por um escravo era comparado ao de um animal que desenvolvia a função de carga, tal qual mulas e cavalos, por isso, conforme Laurentino Gomes: “(...) uma besta adestrada custava no Rio de Janeiro cerca de 28 mil réis (...) um escravo adolescente do sexo masculino custaria cerca de 100 mil réis, valor equivalente ao de três mulas de carga” (GOMES, 2019, p. 38). A título de comparação, nos dias atuais, se o período escravocrata fosse ainda vigente, a vida de um garoto adolescente saudável, além de toda sua determinação, custaria a ínfima quantia de R\$ 12.300,00⁵.

A partir da conclusão de toda a avaliação e acordado o preço, eram dois os possíveis destinos do africano: se fosse escravo nas cidades, dividiria seu espaço junto aos animais da casa e exerceria atividades como acompanhar sua ama em seu dormitório durante toda a noite tranquila de sono, em silêncio, na mesma posição, em pé, ao lado da cama de sua senhora, segurando uma jarra de água e um copo, a fim de satisfazer a sede desta, caso sentisse; ou realizar a limpeza dos dejetos de seus senhores. Caso fosse um escravo do campo, dividiria seu espaço com mais escravos em senzalas, em minúsculas celas, vigiadas por feitores, para realizarem seu trabalho exaustivo por horas a fio nas lavouras. Na hipótese de não atingirem as metas diárias estabelecidas por seus senhores ou de desobediência (que consistia em motivos ínfimos, como se levantar durante a noite, enquanto os demais dormem) eram submetidos a castigos extremamente torturantes, de modo que fossem açoitados diversas vezes até lhes ser exposta a carne; ou permanecer amarrado de pé, no tronco, por tempo a ser determinado pelo próprio feitor (GOMES, 2019. p. 302- 307).

⁵Cálculo feito a partir dos dados disponibilizados pelo endereço eletrônico: < <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> >.

Dessa forma, como observado, neste período, o continente africano esteve presente, quase que em sua integralidade, no Brasil. Contudo, pelos resquícios deixados pela prática deste fenômeno cruel, a África continua aqui predominante, na cultura e nos costumes.

Em tese, ao menos é o que afirmam os livros de história, a atividade escravagista se encerrara em 1888. Entretanto, declarar a liberdade dos cativos não foi o suficiente para apagar as marcas de mais de 300 anos desta atividade atroz. Assim, como saldo, observa-se uma problemática que se arrasta até os dias atuais, neste mesmo século XXI: o tratamento destinado aos cativos e seus descendentes jamais fora o de cidadãos. Por isso, a desigualdade assolada no corpo social brasileiro é estarrecedora, como apontado por Gomes (2019, p. 32): “Nas quinhentas maiores empresas que operam no Brasil, apenas 4,7% dos postos de direção e 6,3% dos cargos de gerência são ocupados por negros”.

Há um século, Joaquim Nabuco (2012, p. 14) fora certo ao prever que o país se tornaria obsoleto, uma vez que a população negra fora condenada a viver a própria sorte, após sua abolição pela insigne Lei Áurea. Para o abolicionista, extinguir o fenômeno era pouco, era necessário implantar medidas capazes de reinserir estes indivíduos na sociedade de forma digna, o que não foi possível em decorrência das pressões políticas, e sociais sofridas, notadamente pelo movimento republicano, pela Princesa Isabel, a qual apressou a libertação total dos escravos sem maiores planejamentos, às custas de seu trono. Ao ser advertida pelo Barão de Cotegipe, de que a abolição resultaria em sua destituição, respondeu: “mil tronos houvera, mil tronos perderia para dar liberdade ao meu povo!” (NORONHA, 2019, p. 81 e 82).

Outrossim, um outro fato de peso, como advento da exploração de mão de obra escrava, no continente americano, é a ideologia racista, explicada por filósofos da época, como Kant e Voltaire, além de interpretações da própria Bíblia, advindas estas, antes mesmo do período escravocrata brasileiro. Nessas ramificações ideológicas, nota-se que os traços físicos privativos de pessoas negras, além de sua cor da pele, eram sinônimo de males e ignorância.

Os pensadores do século XVIII, como Kant (1764), julgavam a cor da pele como sinônimo de obscurantismo, o branco seria detentor pleno de suas faculdades mentais, já o negro não passava de um tolo:

Os negros africanos não receberam da natureza qualquer inteligência que os coloque acima da tolice. Portanto, a diferença entre as duas raças (negra e branca) é muito substancial. A distância, no que diz respeito às faculdades mentais, parece ser tão grande quanto a da cor (da pele).

Para os teólogos, o que explicava o fato de negros serem escravizados era a “maldição de Cam”. Em conformidade com o Livro dos Gênesis, em seu capítulo 9, Noé passou a exercer a agricultura após o Dilúvio, atuando na produção de vinho. Um dia, o patriarca embriagou-se e acabou adormecendo nu em sua tenda. Ao ser avistado pelo filho mais novo, Cam, este contara aos irmãos sobre a situação humilhante do pai, em vez de cobrir-lhe suas vergonhas. Ao tomar conhecimento dos episódios, Noé lançou uma maldição destinada à descendência de Cam, neto de Canaã. Logo, conforme os textos bíblicos, os descendentes deste último estariam condenados a se tornarem escravos, na África, até o fim dos tempos (GÊNESES, 9:25). No entanto, nas palavras de Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, o fenômeno da miscigenação fora extremamente importante para a formação da identidade nacional, já que resultou em uma única população, não em duas, como ocorrera outrora nos Estados Unidos da América. Por isso, Freyre observa que a escravidão resultou em pontos muito pesados, entretanto, um de seus bons frutos, fora justamente a mistura de raças, importantíssima para formação da civilização brasileira (FREYRE, 2006. p. 33), o que, em contraste com os filósofos e teólogos supracitados, resulta na tratativa, por estes, de forma equivocada.

2 A CRIMINALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Para a compreensão desse processo, é primordial analisar os aspectos que o moldam, abordados a seguir

2.1 Importância do advento do delito

A princípio, o Direito Romano punia a comercialização de escravos de outrem, assim como a escravização daqueles considerados livres, ou seja, o *plagium*⁶ como um todo não era considerado uma atividade ilícita, mas apenas alguns de seus aspectos.

Em verdade, o que realmente diferencia o Direito praticado àquela época, em Roma, do Direito Contemporâneo, é o bem jurídico tutelado, como é notório ao longo de todo o histórico de criminalização deste tipo. Para os itálos, o bem a ser protegido não era a liberdade individual, mas o controle que o indivíduo poderia colocar a perder por meio da prática desta atividade, o que coincide ao que fora exposto pela legislação criminal de 1830. Este, consubstanciava a escravidão, que é uma situação jurídica, com a fática, ou seja, a redução de

⁶Designação jurídica utilizada pelos romanos para se referir à escravidão.

alguém à condição semelhante a de escravo, visto que a abolição ocorreria apenas anos mais tarde, em 1888. Logo, tais circunstâncias retornaram somente com o advento do Código vigente, de 1940. Contudo, qualificado de uma maneira mais adequada, uma vez que a palavra “semelhante” fora substituída por “análoga”, abrangendo todos os indivíduos que fossem submetidos a domínio (BITENCOURT, p. 535-536. 2019).

Fundamental é a criminalização desta atividade, uma vez que a aplicação das sanções é capaz de assegurar a harmonia no corpo social, eliminar possíveis inseguranças jurídicas e a reafirmar a soberania do Estado, enquanto garante, como expressa Miguel Reale (2020, p. 9):

A aplicação do Direito Penal e a execução das sanções decorrentes de sua aplicação concreta constituem, portanto, mais que um direito, um poder do Estado, poder que não cabe deixar de atuar, para assegurar a harmonia social, não deixando ao talante dos particulares a sua efetividade, pois do contrário haveria, de um lado, uma *capitis diminutio*, com fragilização da soberania e, de outro, instalar-se-ia uma profunda insegurança jurídica para a sociedade, pois dependeria a eficácia da norma do interesse da vítima ou de sua família, e insegurança para o infrator, pois o Estado se autolimitaria a aplicar o ditame da lei, enquanto o ofendido entregaria-se-ia a todos os excessos.

Ainda, a liberdade, termo ovacionado no art. 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, (a qual inspirara a Declaração dos Direitos do Homem pela ONU, posteriormente adotada pelas Constituições de países democráticos- UPF, 2020) e proclamado com a assinatura da Lei Áurea⁷, que pode ser considerada um documento de direitos humanos no Brasil, já que determinou o fim das explorações laborais de um indivíduo sobre outro; é, ainda hoje, garantida como direito fundamental expresso pelo art. 5º, II, da Constituição Federal, regente em todo território nacional, visto que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988). Logo, a violação deste direito fundamental, além de declaradamente inconstitucional, é algo que fere a própria democracia, pois este benefício é considerado o triunfo desta forma de governo tão aclamada pelo povo brasileiro.

2.2 Peculiaridades do art. 149 do Código Penal brasileiro

Abordando, agora, algumas das particularidades art. 149 do CPB, verifica-se a taxatividade do dispositivo, pois não é permitida analogia com relação a algumas hipóteses que possam vir a surgir. Previamente às alterações trazidas pela Lei nº 10.803 de 2003, as situações previstas no artigo eram cumulativas e de forma livre, sendo assim, reduzir alguém

⁷ Pode-se tratar a Lei Áurea (1888), bem como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885), como importantes documentos de direitos humanos no Brasil, vez que promoviam a liberdade, que parte do direito natural.

à condição análoga à de escravo remetia a uma espécie de cárcere privado combinado a maus-tratos, uma vez que os sujeitos tinham sua liberdade retirada de maneira subversiva.

Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I – contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

O que acontece no presente, após a alteração promovida pela Lei 10.803/2003, é a submissão da pessoa à jornada extenuante de labor, assim como a condições ultrajantes, para o crime se consumir, não sendo mais necessária a articulação deste delito a outro. Não mais é necessário levar em conta parâmetros antecedentes do tratamento de escravos: atende aos requisitos de materialização do artigo 149, do CP, o trabalhador que é impedido pelo patrão de guinar sua própria vida, a fim de crescer econômica ou intelectualmente. Por isso, nas palavras de Damásio de Jesus (2020, p. 275):

Não se trata de o sujeito submeter a vítima à escravidão. O texto legal se refere a “condição análoga à de escravo”: o fato de o sujeito transformar a vítima em pessoa totalmente submissa à sua vontade, como se fosse escravo. O tipo não visa uma situação jurídica, mas sim a um estado de fato.

Figurado como crime de ação múltipla, ou seja, caso o autor venha a praticar mais de um ato descrito na norma penal incriminadora, ele, ainda assim, poderá sofrer a condenação por crime único, além de ser um crime permanente, pois a consumação se esculpe enquanto a ação perdurar. Vale ressaltar, que, conforme expresso por César Roberto Bitencourt (2019, p. 285), a falta praticada com relação a um direito trabalhista, não configura o tipo normativo, como a exigência de uma estrutura sofisticada em fazendas, ou algo que até mesmo o trabalhador urbano não usufrui. É preciso analisar o caso em concreto para evitar o cometimento de excessos de injustiças.

Ainda, é fundamental enfatizar que, para caracterização do tipo normativo é irrelevante a questão do consentimento e da permissão perante a situação fática, visto que a criminalização desta visa ao alcance de um corpo social equânime, mesmo que seja uma verdadeira utopia, assim como a defesa da autonomia como direito privado de todos. Entretanto, é possível que o trabalhador se coloque em tal conjuntura sem o conhecimento de seu empregador. Até então, nestes casos não resta cometido o delito, já que o autor, mesmo que beneficiado, não promove quaisquer condutas neste sentido.

Ademais, é fato que os agentes do art. 149, CP, são os indivíduos que submetem o operariado a jornadas exaustivas de trabalho, assim como seu exercício de forma aviltante e forçada. Contudo, a penalidade descrita na norma é extensiva àqueles que, nestas condições, exercem a incumbência de vigilância e retenção de documentos, a fim de oprimir suas vítimas. Para mais, a absorção⁸ é aplicável no delito ora em discussão, com relação às vias de fato, quando houver concurso de crimes. Em outros termos, caso a redução à condição análoga a de escravo resulte também em um crime de homicídio, o autor responderá pela combinação das penas, em concurso, pouco importando como ocorrera, uma vez que o resultado morte não ocorreria, se a sujeição ao trabalho forçado também não sucedesse.

2.3 Espécies de trabalho que se enquadram nas elementares do art. 149, CPB

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atento à possibilidade de submissão de crianças à escravidão e, assim, com o propósito de assistir a pureza, virtude e, especialmente, a liberdade de menores, optou por regulamentar dois dispositivos, que, em que pese não ter a mesma nomenclatura contida no art. 149 do CPB, possui, na verdade, a mesma finalidade de tal tipificação, mas, em tese, não exclui a possibilidade de concurso de crimes, pois a situação fática positivada, difere da proteção conferida pelo ECA, havendo, assim, conflito entre as leis voltadas para fatos semelhantes. Dessa maneira, a lei protetora da infância e da juventude, poderá prevalecer frente ao princípio da especialidade.

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

⁸No sistema de absorção do Direito Penal, perante as variadas ações criminosas efetuadas pelo agente, será aplicada a penalidade do delito de maior gravidade, sem elevar a punição.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: (Incluído pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)
Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

A dissemelhança substancial entre estes artigos e o de maior destaque, qual seja, o art. 149 do CP, diz respeito ao sujeito ativo e à forma de execução. Isto é, o artigo 238 do ECA, refere-se a um crime próprio, uma vez que só pode ser praticado pelos pais ou tutores da criança ou adolescente, ao disponibilizar àquele que deveria ser seu protegido à venda, como uma mercadoria, tal qual ocorria à época da escravatura. Já a qualificação do art. 239 do ECA versa sobre um crime comum, por isso o agente será qualquer indivíduo. Logo, diferentemente das elementares do art. 149, CPB, as normas disponibilizadas pelo ECA se coincidem em relação ao tratamento recebido pelos cativos nos primórdios de 1530.

Por outro lado, a Constituição da República de 1988 não fica para trás ao estabelecer em seu art. 243 as penalidades sofridas pelos detentores de propriedades destinada à exploração do trabalho escravo, alicerçado pela antiga “PEC do trabalho escravo”⁹, a qual, mais tarde, tornou-se a Emenda Constitucional nº 81 de 2014 (EC 81/2014), responsável pela substituição de palavras que remetiam ao trabalho escravo em si, tal qual “assentamento” de colonos, por outras expressões atuais que exprimem a prática do ilícito do art. 149 do CPB. Logo, a Constituição Federal, além de ser uma forma de extensão das penalidades expressas pelo Código Penal, apresenta como foco a diminuição da incidência da mão de obra semelhante à escrava, nas regiões de menor fiscalização, como fazendas, já que prevê que os frutos da exploração deste tipo de trabalho, deverão ser revertidos, conforme a vontade do legislador, em fundos com destinação específica, conforme destaque:

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei **serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular**, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da **exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica**, na forma da lei.

Ainda que seja de questionável efetividade, no que tange a proteção do trabalhador em condição análoga a de escravo, destinar tais terras para reforma agrária. De qualquer forma, essa é a previsão constitucional.

⁹Projeto de Emenda Constitucional intitulado para designar ao fim a que era destinado, diante das dificuldades encontradas pelo legislador em fiscalizar a incidência do crime em algumas regiões do Brasil.

3 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL ATUAL SOB A ÓTICA PROTETIVA DO DIREITO PENAL

Mesmo o legislador tomando o devido cuidado em elencar as formas de atuação do empregador que enquadram no crime até aqui discutido, abordando formas de estender a penalidade expressa pela norma penal, o trabalho escravo, continua existindo de forma latente neste país, que, ao menos na teoria, zela por preceitos fundamentais como a liberdade, em todas as suas formas.

Fato é que, em conformidade com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (SENADO, 2012), a exploração da mão de obra escrava, no Brasil e no mundo, mostra-se impiedosa, mesmo que proibida, já que, em meados de 1500, os cativos consistiam na captura de indígenas e dependiam do tráfico negreiro, sendo, portanto, uma atividade custosa para os senhores de escravos e comerciantes desta atividade deplorável; enquanto que, nos dias atuais, este feitiço é facilmente acessado, tanto pelo patrão quanto pelo trabalhador, já que, independentemente da etnia, indivíduos em condições miseráveis se sujeitam à exploração, a fim de obter, em troca, condições de subsistência diminutas. Por exemplo, antes de 1888, um escravo adolescente, do sexo masculino, tinha toda sua vida negociada em torno de R\$ 12.000,00 (reais)¹⁰. Atualmente, trabalhadores que atuam em fazendas, na coleta de cacau, apresenta rendimentos mensais abaixo da metade do salário mínimo, assim como não possuem, também, condições mínimas de higiene, uma vez que não tinham acesso à água tratada e, sequer, ao banheiro (DINIZ, 2020).

É o caso de dez trabalhadores que exerciam suas atividades na coleta de café, no meio rural da cidade de Andradas, Minas Gerais, que dormiam em colchões totalmente desgastados, ou até mesmo no chão, sem qualquer conforto. Ainda, eram obrigados a arcar com a manutenção de seus próprios materiais, uma vez que recebiam salário, porém com valor inferior ao prometido, o qual oscilava mensalmente. O Ministério Público do Trabalho, determinou o pagamento de todas as verbas rescisórias devidas no decorrer do tempo de atividade executados pelos demandantes (BRASIL, 2020). Contudo, o que não fora calculado são os possíveis prejuízos psicológicos e físicos sofridos por estes trabalhadores impossibilitados de empreender suas vontades, proibidos de exercer um direito indelegável e intransferível: a liberdade.

¹⁰Cálculo feito a partir dos dados disponibilizados pelo endereço eletrônico: < <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> >.

O calvário não para por aí, visto que os índices apontam o Estado de Minas Gerais (MG) como o de maior concentração de mão de obra análoga à escrava, já que, no ano de 2019, aproximadamente 60 trabalhadores foram resgatados em condições de trabalho deploráveis (AGÊNCIA BRASIL, 2019), a exemplo do episódio vivido por uma senhora, na cidade de Patos de Minas (MG) (AGÊNCIA BRASIL, 2019), que aos oito anos de idade suplicou por alimento a uma família e acabou servindo-a por 38 anos de sua vida, sem receber salário ou tomar conhecimento de quaisquer direitos trabalhistas inerentes ao empregado. Somente no ano de 2020, a Sra. Madalena, que se casara à força para satisfazer aos caprichos de seus empregadores, a qual teve a oportunidade de crescimento econômico contestado e por isso, contava com assistência dos vizinhos para satisfazer sua fome, logrou sua emancipação de um passado miserável.

Para além dos acontecimentos narrados pelas reportagens, as jurisprudências reforçam uma verdadeira depressão na aplicação do artigo 149 do Código Penal, combinado com as adversidades alegadas pelos Tribunais Superiores, que, efetivamente, remetem a um certo desdém no julgamento das situações que têm a chance de chegar até os magistrados. Tal qual o Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 1623687 PA 2019/ 0346602- 6 (STJ), o qual negou o provimento deste agravo, alegando a inocência do réu por insuficiência de provas. Por consequência, segundo o que julgou o STJ, a conduta não se amolda ao ilícito penal do art. 149, sendo necessário o reexame dos fatos e do teor probatório

PENAL AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
CRIME DE
REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. ART. 149 DO
CÓDIGO PENAL.

RÉU ABSOLVIDO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ALTERAÇÃO DO
JULGADO.

SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem asseverou que a acusação não se desincumbiu do seu ônus de carrear aos autos os elementos probatórios capazes de viabilizar a condenação criminal do acusado.

2. Assim, uma vez concluído pelas instâncias ordinárias, a partir da análise do arcabouço probatório existente nos autos, que a conduta do acusado não se amolda ao tipo previsto no art. 149 do Estatuto Repressivo, a desconstituição do julgado, tal como pretendido pelo Parquet, demandaria necessariamente o aprofundado revolvimento dos elementos fáticos e probatórios, providência incabível nesta sede especial, consoante dispõe a Súmula 7/STJ.

3. Por fim, nos termos da Súmula 83/STJ, "não se conhece do recurso especial

pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator. (BRASIL, 2019).

Em acesso ao inteiro teor da decisão, observou-se nas argumentações do relator, que a tipicidade do delito deveria ser afastada, uma vez que o estilo de vida que se leva no campo é, originalmente, desconfortável (BRASIL, 2019). Por isso, conforme o pensamento do Ministro, as alegações manifestas pelo Ministério Público são, em si, errôneas, já que, nem mesmo os proprietários de fazendas possuem acesso à água tratada ou alojamentos em flagrante contradição com o que explicou Bittencourt (ano), no início deste trabalho, quando se analisou a tipicidade.

Ocorre que decisões como esta parecem ser contraproducentes para a efetiva proteção que o Estado deveria fornecer, já que diante da atipicidade da conduta restaria ao direito do trabalho a proteção a essas pessoas em situação de hipossuficiência. Contudo, o que se observa é que as fiscalizações realizadas e que, via de regra, confere aos transgressores meras multas, não têm sido o meio hábil a fazer cessar tais violações, visto que notícias frequentes surgem a cada dia. Seria, então, o caso de se realizar a diferenciação entre a vida austera do campo e a situação degradante exposta pelo Ministério Público. Em uma era de preponderância dos direitos humanos e princípio da dignidade da pessoa humana, parece que, para resguardar a coerência interna do ordenamento jurídico, pequenas violações deveriam ser tratadas com mais rigor, portanto, justificativas da atuação do direito penal diante da flagrante falha de proteção da tratativa jurídica laboral. Dessa maneira, este é um fator que contribui para a ineficiência da aplicação deste artigo, pois existe, claramente, uma intenção negacionista do Estado em conceder a proteção oriunda do art. 149 do CPB com base nos argumentos sobre a situação do campesinato brasileiro, pontos basilares controvertidos do acórdão.

Logo, a negativa estatal em aplicar a proteção oferecida pelo artigo em estudo, segundo a decisão jurisprudencial colacionada acima, que coloca o direito do trabalho em posição de destaque, sem, contudo, questionar da real eficácia de tal ramo, na prática, fomenta situações de violações de direitos humanos. A recusa em dar tratamento penal à questão impede a exata valoração dessas condutas, levando, de acordo com os ensinamentos de Miguel Reale, à ineficiência da norma (REALE, 2003). Nesse sentido, a proteção oferecida pelo art. 149 do CPB se convola em legislação penal simbólica.

4 A ATUAÇÃO ESTATAL REPRESSIVA COM BASE NO ARTIGO 149 DO CPB: UM ESTUDO DE CASO OCORRIDO NA COMARCA DE BARBACENA

Por infortúnio, fuge do conhecimento do corpo social a ampla ocorrência de situações abrangidas pelo art. 149 do CPB dentro do território brasileiro. Todavia, em que pese o *nomem iuris* do crime sob estudo, remeter a uma realidade aparentemente distante, existe uma profusão de casos próximos aos indivíduos, em cada estado da federação.

No estado de Minas Gerais, além dos já citados neste artigo, proceder-se-á a análise de um caso ocorrido em um dos municípios, abrangidos pela comarca de Barbacena, no ano de 2013 (PROCESSO Nº 0058425-58. 2013). Ocorreu que, uma senhora e suas duas filhas sofriam opressões oriundas do patriarca da família, uma vez que este obrigava as mulheres da casa a se dedicarem ao trabalho forçado, por meio de uma jornada exaustiva, negando-lhes água tratada, comida e acesso a ambientes básicos para realização de higiene, banheiro, que não existe na residência. Ademais, sempre proferia ameaças à esposa e filhas, menores de idade, apresentando comportamento agressivo. Como se não bastasse, o homem também interferia na educação escolar das meninas, já que exigia que elas fossem à localidade vizinha a fim de vender o leite que ordenhavam. O problema é que as adolescentes gastavam aproximadamente 2 horas para realizar todo o percurso, sem tempo hábil para estudos, sozinhas, sem qualquer proteção de um adulto. Por isso, eram alvo constante de assédio sexual por alguns dos compradores de leite. Dessa forma, perante as constantes humilhações sofridas, a mãe decidira fugir de casa, afirmando para seu esposo que faria um exame na cidade vizinha, mas, em verdade, se deslocara para a casa da irmã, contando-lhe tudo que acontecia em sua residência, além de esquematizar a fuga com suas filhas, já preparada em momento anterior, que se dirigiriam para a casa da tia no dia posterior, como assim fizeram.

Diante dos horrores ouvidos, a irmã da vítima a apoiou em realizar os procedimentos necessários para averiguar a culpabilidade do marido, para que este não saísse impune dos ilícitos cometidos, dirigindo-se ao destacamento da polícia militar, a fim de registrar os fatos, os quais deram origem ao inquérito policial.

Procedendo uma cuidadosa análise dos autos de Inquérito Policial, que foram instaurados de ofício, mediante portaria, após o conhecimento dos fatos, o delegado de polícia ordenou que fossem levadas a efeito as diligências tendentes a completa apuração, entre elas, a redução à termo da oitiva da vítima e eventuais testemunhas. Fugindo dos casos de prisão em flagrante, existe um grau de dificuldade elevado em consubstanciar a prova da infração penal em crimes como este, por dependerem, quase exclusivamente, de testemunhas. Ainda, que no Direito brasileiro não exista a figura da prova tarifada, o elemento testemunhal traz consigo uma pequena incerteza, na medida que é dependente da idiosincrasia de cada

sujeito, podendo ser motivada pelo interesse de proteção, medo de se envolver, possíveis ameaças a serem sofridas, entre outros motivos.

Nota-se, apenas neste início, que o papel do delegado de polícia e da polícia investigativa não é fácil, mas extremamente importante para a efetividade da proteção, conferida pelo dispositivo legal analisado. No inquérito Policial que apurou os fatos, não se fez ausente eventuais contradições e dubiedades, vez que a prova produzida foi essencialmente testemunhal, porém é possível perceber que existe um núcleo fático e coeso, indiciário, não só da tipicidade, mas também da autoria.

Foi possível a configuração da tipicidade, no caderno investigativo em questão, notadamente com relação às elementares do tipo: “trabalho forçado” e “jornada exaustiva”, que na situação fática, foi coligida aos autos nos depoimentos das vítimas, onde estas informam que a matriarca trabalhava de 5h da manhã à 00h, e as filhas, de 5h às 11h da manhã, quando interrompiam para ir à escola, certamente extenuadas pela primeira parte das atividades laborais realizadas, e ao término das aulas, ainda eram obrigadas a dar continuidade aos afazeres. Estas informações foram corroboradas pela comunicação de serviço dos investigadores e, em parte, em depoimentos colhidos, ainda que de fontes indiretas, mas em perfeita consonância com o relato das vítimas. Ressalta-se, que as vítimas estiveram, durante seu tempo de submissão, em tal condição, que sequer tinham acesso ao mínimo existencial, que lhe conferissem a subsistência, uma vez que o pai, concentrava em suas mãos, todos os recursos financeiros obtidos e limitava, até mesmo, o acesso das vítimas à alimentação.

Ao final da investigação, a autoridade policial procedeu ao indiciamento do patriarca, nos termos dos artigos 148, §1º, I, CPB, com relação à própria esposa, a qual afirmou não ter livre determinação para ir e vir, ficando trancada na pequena propriedade rural, obtendo autorização, por vezes tardia, apenas para ir ao posto de saúde, quando assim necessitasse. Também, houve o indiciamento nas iras do art. 149 e seu §2º, I, em virtude do dado objetivo, trazido à luz, qual seja, a idade das filhas, que foram submetidas à condição análoga à escravidão, desde seus 6 anos de idade.

Neste primeiro momento da persecução penal, observou-se que a dificuldade na constituição da prova ameaça, severamente, a efetividade do art. 149 do CPB, em que pese ter havido o êxito da investigação criminal, em apontar a autoria delitiva, com o robusto lastro probatório.

Ao ser distribuído no fórum da comarca, entretanto, diferentemente do que pensou a autoridade policial, o membro do Ministério Público argumentou que entre os crimes

investigados subsistiria apenas o do art. 149 do CPB, tendo os demais, sido alcançados pela prescrição.

No entanto, o promotor de justiça solicitou o arquivamento com base na atipicidade da conduta, uma vez que entendeu que a situação fática exposta, não se tratava de uma relação de trabalho, não se configurando, portanto, redução a condição análoga à escravidão. Com devido respeito que o órgão estatal requer, este não seria o melhor entendimento, uma vez que o crime em comento não tutela a relação de trabalho, mas sim, a liberdade pessoal de forma imediata e a liberdade individual de mediata, como basta ver pelos títulos nos quais se insere o dispositivo legal sob análise. Neste sentido, e sendo a autodeterminação uma característica da liberdade pessoal, resta clara a violação perpetrada pelo patriarca da família, que na verdade se comportava como senhor de engenho, submetendo sua esposa e filhas a jornada de trabalhos forçados e extenuantes, basicamente em troca de alimento, tal qual os escravos no período colonial.

O direito penal deve se incumbir das condutas mais graves e que trazem maior afronta aos caros direitos escolhidos e tutelados pelo legislador constituinte, isso é um fato, mas o excesso de tecnicismo no tratamento jurídico pode de fato levar a inefetividade da tutela penal. O direito, de forma geral, é uma alienação da realidade através de uma lupa jurídica. Ainda que tecnicamente a situação não possa ser considerada como relação de trabalho por não preencher alguns requisitos determinados por legisladores, é fato que as vítimas em questão viviam em situação degradante em que o pai ocupava posto assimétrico de poder em relação à esposa e filhas, se colocando em flagrante posição de tirano enquanto elas ocupavam o posto de vassalos.

Nesse sentido, o presente estudo de caso é elucidativo da conclusão exposta neste artigo de que a negativa em dar tratamento penal diante de tais violações é um fato preponderante para inefetividade do art. 149 do CPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo do artigo, a escravidão no Brasil foi um fenômeno que perdurou durante aproximadamente 300 anos, maculando a história nacional. Apenas houve uma solução com a abolição da escravatura, ainda que, em decorrência das pressões políticas sofridas à época, o tema não fora tratado com o devido zelo. Por isso, seus reflexos são notados na contemporaneidade, precipuamente à situação da população negra do Brasil.

Tentou-se remediar a situação por meio da repressão penal, com o objetivo de não mais retornar a esse passado reprovável. Logo, a questão da escravidão foi tratada com o rigor penal, proscrevendo qualquer conduta que se aproximasse dela minimamente. Neste sentido, nasce, para a comunidade jurídica, a discussão acerca da efetividade do dispositivo legal estudado, como forma de assegurar os direitos individuais, notadamente o direito à liberdade, seja em sua acepção mais ampla ou na livre determinação para realizar qualquer ocupação laboral em condições dignas, conforme os direitos fundamentais esculpidos na Lei Maior.

Nesta pesquisa, foi possível averiguar que a real efetividade do art. 149 do CPB, por infelicidade, se limita às vontades do magistrado em relação à sua aplicação, não porque se trata de uma norma penal aberta, mas pela provável resistência estatal em reprimir tais práticas, por conta das penas a ela cominadas. Por isso, conforme as descrições, a hipótese inicial se confirma.

Perante a amplitude do tema, a mesma discussão sobre sua efetividade poderá ser abordada dentro do direito do trabalho, visando observar se a consolidação traz a efetiva proteção ao trabalhador, evitando, também, situações análogas a de escravidão nos dias atuais. Esse aspecto não foi abordado no presente trabalho, por fugir à ramificação do direito cujo enfoque aqui foi dado. No plano do direito penal, um futuro trabalho pode buscar soluções para tornar a proteção, a qual o artigo tem por fim, de fato eficaz, abordando, por exemplo, o preceito secundário do artigo 149 do CPB e suas implicações no processo penal.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, 2011.

BITTENCOURT, César Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial – arts. 121 a 154-B**. v. 2. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611591/> >. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm >. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Escravos de hoje são descartáveis**. Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente/escravos-de-hoje-sao-descartaveis.aspx> >. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Informativo Supremo Tribunal Federal (STF)**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo451.htm> >. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Jurisprudência-inteiro teor**. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/855174260/agravo-regimental-no-agravo-em-recurs-o-especial-agrg-no-aresp-1623697-pa-2019-0346602-6/inteiro-teor-855174270?ref=amp> >. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm >. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Dez trabalhadores são resgatados vivendo em condição análoga à escravidão no interior de Minas Gerais**. Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/trabalho/outubro/dez-trabalhadores-sao-resgatados-vivendo-em-condicao-analoga-a-escravidao-no-interior-de-minas-gerais> >. Acesso em: 19 mar. 2021.

CAMPOS, André. DINIZ, João César. **Chocolate com trabalho escravo: as violações trabalhistas na indústria do cacau no Brasil**. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/chocolate-com-trabalho-escravo-as-violacoes-trabalhistas-na-industria-do-cacau-no-brasil/> >. Acesso em: 19 mar. 2021.

DINIZ, Bruno. **Conversão hipotética dos réis para o atual real**. Disponível em: < <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> >. Acesso em: 20 mar. 2021.

EXAME. **Notícias sobre Trabalho Escravo**. Disponível em: < <https://exame.com/noticias-sobre/trabalho-escravo/> >. Acesso em: 21 mar. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte do Zumbi dos Palmares**. v.1. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

JESUS, Damásio de. **Parte especial: crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio – arts. 121 a 183, CP**. Atualização Adré Estefam. v.2. 36. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619863/> >. Acesso em: 28 mar. 2021.

JUSPODVIM, editora. Meu site jurídico. **Certo ou errado? O princípio da especialidade tem a finalidade específica de evitar o “bis in idem” e ocorre apenas no confronto concreto das leis que definem o mesmo fato.** Disponível em: <
<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/10/28/certo-ou-errado-o-principio-da-especialidade-tem-finalidade-especifica-de-evitar-o-bis-idem-e-ocorre-apenas-no-confronto-concreto-das-leis-que-definem-o-mesmo-fato/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MELO, Karine. **Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019.** Disponível em: <
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, Luciano. **Trabalho escravo: fiscalização resgata 59 trabalhadores em Minas.** Disponível em: <
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/trabalho-escravo-fiscalizacao-resgata-59-trabalhadores-em-minas>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

NORONHA, Ibsen. **Escravidão e Leis no Brasil.** Aproximação jurídico históricas. São Luís, MA: resistência cultural. 2019.

REALE, Miguel Jr. **Fundamentos de Direito Penal.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/cfi/6/10!/4/2/4@0:0>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

REALE, Miguel Jr. **A teoria tridimensional do Direito.** Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2003.

UPF, notícias. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão completam 231 anos.** Disponível em: <
<https://www.upf.br/noticia/declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao-completa-231-anos>>. Acesso em: 06 abr. 2021.